



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa  
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº 29/2017**

Período: 19/08/2017 – 25/08/2017

**GEDES - UNESP**

- 1- Comandos das Forças Armadas pressionam o Congresso para aprovar projeto que transfere para a Justiça Militar os crimes dolosos de militares contra civis
- 2- Negociação entre prefeitura de São Paulo e Ministério da Defesa pode afetar área sob administração da Aeronáutica no Campo de Marte
- 3- Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro
- 4- Forças Armadas poderão atuar na retirada de brasileiros da Venezuela
- 5- Soldado do Exército foi preso por informar ações das Forças Armadas a traficantes
- 6- Escolas foram fechadas devido à operação no Rio de Janeiro
- 7- Brasil e Bolívia confirmaram fechamento da fronteira entre os dois países e estabeleceram um Gabinete Binacional de Segurança
- 8- Força Aérea realizou treinamentos em Roraima e Exército reforçou o controle na fronteira com a Venezuela
- 9- Marinha auxiliará em inquérito sobre naufrágio ocorrido no Rio Xingu
- 10- Ministério Público Federal iniciou ação sobre crime contra índios de origem Vaimi-Atroari durante regime militar
- 11 - EsPCEX inaugurou treinamento da linha bélica para mulheres
- 12- Presidente extinguiu reserva criada durante o regime militar
- 13- General argumentou sobre presença das Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro
- 14- Amistoso de futebol masculino marcará encerramento da participação do Brasil na Minustah

1- Comandos das Forças Armadas pressionaram o Congresso para aprovar projeto que transfere para a Justiça Militar os crimes dolosos de militares contra civis

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os comandos das Forças Armadas pressionaram o Congresso Nacional para a aprovação do projeto que transfere para a Justiça Militar os crimes dolosos cometidos por militares contra a vida de civis. Antes das Olimpíadas de 2016, o projeto já havia sido reprovado pelo Congresso, no entanto, diante da atual operação desenvolvida no estado do Rio de Janeiro, o assunto voltou à pauta. O projeto prevê que a Justiça Militar julgue os militares em casos de missões propostas pelo ministro da Defesa ou o presidente da República em ações que visem a “segurança de instituições, operações de paz

ou de garantia da lei e da ordem”. Segundo a *Folha*, o projeto coloca em risco a integridade das Forças Armadas e da comunidade. De acordo com *O Estado*, o Tribunal de Justiça Militar (TJM) do estado de São Paulo aprovou a resolução 54/2017, no dia 18/08/17, a qual prevê que policiais e militares deverão realizar apreensão de qualquer objeto relacionado à apuração de crimes dolosos. A resolução, na prática, retira do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) e da Polícia Civil a responsabilidade das investigações de caso de letalidade policial. Foi acionado pelo Sindicato dos Delegados o pedido de suspensão imediata da medida. (*Correio Braziliense* – Política – 19/08/17; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 19/08/17; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 24/08/17)

## 2- Negociação entre prefeitura de São Paulo e o Ministério da Defesa pode afetar área sob administração da Aeronáutica no Campo de Marte

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a prefeitura da cidade de São Paulo e o Ministério da Defesa planejam transformar parte do aeroporto Campo de Marte, na cidade de São Paulo, em um parque para a população, com um museu aeroespacial. Parte desse território está sob controle da Aeronáutica, havendo instalações como o Hospital da Aeronáutica e uma vila militar. O Ministério e a prefeitura não informaram quais áreas poderão ser afetadas por esse projeto, mas afirmaram que os voos na região não sofrerão impacto. (*Folha de S. Paulo* – Estúdio Folha – 19/08/17)

## 3- Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, criminosos usaram fuzis para cometer assaltos e explodir caixas eletrônicas na cidade do Rio de Janeiro, mesmo com a operação em curso das Forças Armadas para combater a criminalidade. Por outro lado, em entrevista ao jornal *Correio Braziliense* e ao *Estado*, o secretário de Segurança do Rio de Janeiro, Roberto Sá, afirmou que houve redução de 2,4% da letalidade violenta —que inclui crimes como homicídios e roubos seguidos de morte—, em comparação com o mês de junho do ano de 2016: “só em julho [de 2017], apreendemos 712 armas de fogo. O objetivo das ações foi desarticular criminosos e tirar de circulação pessoas que cometeram diversos crimes”. A *Folha* divulgou que a missão de captação de drogas e armamentos, realizada no dia 21/08/17, da qual as Forças Armadas participaram cercando as comunidades no norte da cidade do Rio de Janeiro, teve como saldo a apreensão de seis pistolas, uma espingarda, duas granadas, munições, sete carros, 25 motos, rádios, 300 quilos de maconha, 10 de cocaína e 1,5 de haxixe. Em coluna opinativa para a *Folha*, o jornalista Marco Aurélio Canônico, comentou sobre a atuação das Forças Armadas na cidade do Rio de Janeiro, no mês de agosto de 2017. Canônico ressaltou que as atuais “megaoperações” têm base em inteligência policial e tática militar, em vez de uma estratégia de ocupação ostensiva. O colunista afirmou que, nas três operações realizadas, foram empregados 15 mil homens e inúmeros veículos, e que o resultado mostrou que a inteligência foi “escassa”, devido ao número reduzido de apreensões de armas, sendo nenhuma de grande porte, “nenhuma prisão significativa” e menos de 400 kg de drogas apreendidas. (*Correio Braziliense* – Brasil – 22/08/17; *Folha de S.*

Paulo – Cotidiano – 22/08/17; Folha de S. Paulo – Opinião – 24/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/08/17)

#### 4- Forças Armadas poderão atuar na retirada de brasileiros da Venezuela

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, as Forças Armadas poderão auxiliar na retirada de brasileiros da Venezuela caso a crise política no país vizinho se agrave. Segundo o jornal, a Casa Civil é a responsável pela preparação do plano de retirada. Estava prevista para o dia 21/08/17 uma reunião entre a Casa Civil, Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), ministérios da Saúde, Justiça, Trabalho, Relações Exteriores, Desenvolvimento Social e Defesa para discutir o impacto da imigração de venezuelanos para o Brasil. Ademais, se a situação se agravar, a Força Aérea Brasileira já possui um plano de resgate, mas toda e qualquer ação dependerá da aprovação do Ministério da Defesa. De acordo com *O Estado*, a Embaixada do Brasil na Venezuela está reforçando a segurança das instalações e dos funcionários. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/08/17*)

#### 5- Soldado do Exército foi preso por informar ações das Forças Armadas a traficantes

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o soldado do Exército, Matheus Ferreira Lopes Aguiar, de 19 anos, foi preso no dia 21/08/17 por ter fornecido informações a traficantes sobre ação militar que ocorreu na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, no dia 16/08/17. Segundo *O Estado*, “apesar da mobilização de milhares de agentes, nenhuma arma foi apreendida e só 13 pessoas foram presas”. Sobre o assunto, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou à imprensa que “um soldado, por sua posição, não tem informações estratégicas. A capacidade dele de trazer prejuízo é muito limitada. É ruim? É. Mas são mais de 30 mil homens nas quatro operações. Esse vazamento é mínimo” (*Correio Braziliense – Brasil – 22/08/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/08/17*)

#### 6- Escolas foram fechadas devido à operação no Rio de Janeiro

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, devido à operação “O Rio Quer Segurança e Paz”, composta por 6.000 homens, sendo 5.000 das Forças Armadas, 15 escolas foram fechadas por tempo indeterminado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, devido à violência no entorno, o que afetou o cotidiano escolar de 26.975 alunos. (*Correio Braziliense – Brasil – 22/08/17; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 22/08/17; O Estado de S. Paulo – Metrópole – 22/08/17*)

#### 7- Brasil e Bolívia confirmaram fechamento parcial da fronteira entre os dois países e estabeleceram um Gabinete Binacional de Segurança

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, após reunião entre ministros da Bolívia e do Brasil, em Santa Cruz de la Sierra, na qual esteve presente o

ministro brasileiro da Defesa, Raul Jungmann, e o ministro-chefe de Segurança Institucional, general Sérgio Etchegoyen, ambos os países concordaram em fechar, por no mínimo um mês, 37 trechos da fronteira entre os dois países. Essa medida visa combater o tráfico de drogas ilícitas, armas e pessoas nas fronteiras. Segundo o general Etchegoyen, o Primeiro Comando da Capital (PCC), responsável por crimes na área, ainda não está consolidado na Bolívia, mas busca “produtos para seu negócio” no país, referindo-se ao narcotráfico e ao tráfico de armas. Segundo o jornal, a Bolívia sugeriu ao Brasil a criação de um dispositivo binacional de inteligência na área policial, a criação de um comando conjunto de controle do espaço aéreo no setor de defesa e mecanismos de combate ao tráfico de drogas. Ao final da reunião, os países estabeleceram um Gabinete Binacional de Segurança. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 21/08/17)

#### 8- Força Aérea realizou treinamentos em Roraima e Exército reforçou o controle na fronteira com a Venezuela

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Esquadrão Escorpião da Força Aérea Brasileira, baseado na cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, realizou exercícios de treinamento com os seus pilotos. Os ensaios ocorrem anualmente, com uma duração de dois meses, envolvendo recolhimentos de dados e simulações de bombardeios. Segundo *O Estado*, o treinamento também está vinculado ao aumento da tensão na fronteira com a Venezuela, fonte crescente de entrada de imigrantes venezuelanos. De acordo com o jornal, o Exército também reforçou o controle do trecho de fronteira terrestre entre a cidade brasileira de Pacaraima até a cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén. O periódico afirmou que há preocupação por parte das autoridades locais de que conflitos possam emergir entre os mais de 1,1 mil refugiados que estão em Pacaraima, além de saques a mercados e a sobrecarga do sistema público de saúde do município. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 23/08/2017)

#### 9- Marinha auxiliará em inquérito sobre naufrágio ocorrido no rio Xingu

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Marinha realizará um inquérito acerca do naufrágio da embarcação Comandante Ribeiro ocorrido no rio Xingu, no estado do Pará, no dia 22/08/17. Segundo a *Folha*, foi enviado pela Marinha o navio-patrolha “Bocaina” para auxiliar no resgate. Em nota, a Marinha comunicou que, mesmo não possuindo autorização para o transporte de passageiros, a embarcação tinha registro na Capitania dos Portos de Santarém, no estado de Pará. De acordo com *O Estado*, o Comando do 4.º Distrito Naval da Marinha informou que entre os anos de 2016 e 2017 ocorreram cerca de 29 naufrágios no rio Xingu. (*Correio Braziliense* – Brasil – 24/08/17; *Folha de S. Paulo* – Cotidiano – 24/08/17; *O Estado de S. Paulo* – Metrôpole – 24/08/17).

#### 10- Ministério Público Federal iniciou ação sobre crime contra índios de origem Vaimi-Atroari durante regime militar

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Ministério Público Federal deliberou uma ação civil pública contra a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) na Justiça Federal do estado do Amazonas para indenização e retratação

oficial aos índios de origem Vaimi-Atroari, por danos causados durante o regime militar (1964-1985). O pedido de abertura da ação foi recebido pela juíza da 3ª Vara Federal da cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas, e foi ordenada a citação dos réus para defesa. A Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou em seu relatório final, no ano de 2014, o número de cerca de 2.650 índios Vaimi-Atroari mortos devido às obras de abertura da rodovia BR-174, que liga a cidade de Manaus à cidade de Boa Vista, no estado de Roraima, que foram realizadas pelo Exército entre os anos de 1968 a 1977. Entretanto, os procuradores da República analisaram com receio o número apresentado pela CNV, pois não há o número real de índios existentes antes do final da obra, mas consideraram que “pelo menos centenas” morreram em decorrência da mesma. De acordo com os índios, em depoimento aos procuradores da ação, foram realizadas agressões tanto por via aérea quanto por via terrestre, as quais não foram assumidas pelo Estado brasileiro. O Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), procurado pela *Folha*, afirmou que “até o presente momento o Exército Brasileiro não recebeu comunicado do Ministério Público Federal”. A Funai, também procurada pelo periódico, não se manifestou. Os procuradores, nos autos da ação, anexaram uma carta encaminhada ao Comando Militar da Amazônia (CMA) pelo general Gentil Nogueira Paes, em 1983. Na carta, o general afirmou que “o trato com os índios foi, sem dúvida, um dos mais delicados, pois sabia que estava pondo em jogo a vida de muitos homens, brancos e índios, numa luta sem inimigos, onde, aos meus, era absolutamente vedado ferir ou molestar de qualquer maneira esses nossos irmãos”, e alegou que “as demonstrações de força nunca foram feitas, por absoluta falta de oportunidade”. Segundo o general, os índios passaram a estabelecer contato com os militares até o fim da obra e afirmou que “a estrada foi construída sem a morte violenta de um só índio e eu tenho imenso orgulho disso”. A procuradoria da República pediu a criação de um centro de memória para divulgar “as violações aos direitos dos povos indígenas no país e no Amazonas” e a inclusão de um conteúdo programático das escolas do ensino médio e fundamental de estudos sobre violação dos direitos humanos indígenas durante o regime militar, destacando o genocídio da etnia Vaimi-Atroari. (*Folha de S. Paulo – Poder – 24/08/17*)

#### 11- EsPCEEx inaugurou treinamento da linha bélica para mulheres

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Escola Preparatória para Cadetes do Exército (EsPCEEx) iniciou o treinamento de 37 mulheres brasileiras para linha bélica pela primeira vez desde a criação da instituição, no ano de 1968. Desde o mês de fevereiro de 2017, as alunas iniciaram formação para empunhar fuzis e treinamento para combate. No Exército, as mulheres somente compunham quadros auxiliares, como as funções administrativas ou as de saúde. Desde 2016, a EsPCEEx promoveu as mudanças necessárias para adaptação das alunas, como alojamentos e tratamentos de saúde específico às mulheres, além da convocação de oito militares mulheres – três tenentes e cinco sargentos – para auxiliarem no preparo das instruções físicas. Entretanto, a escolha de carreiras após a chegada à Academia Militar das Agulhas Negras (Aman) ainda é restrita para as mulheres, entre Intendência (ligada à administração) e logística no setor de Material Bélico, mesmo possuindo as mesmas aptidões dos homens. A pesquisadora Renata Giannini, do Instituto Igarapé, afirmou que “seis países

latino-americanos permitem que as mulheres escolham qualquer arma. Então o Brasil ainda está atrasado, na comparação. De todo modo, é preciso destacar o mérito dessa abertura. É um avanço”. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 24/08/2017)

#### 12- Presidente extinguiu reserva criada durante o regime militar

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o presidente da República, Michel Temer, extinguiu por meio de decreto a Reserva do Cobre e Associados (Renca), localizada entre os estados do Pará e do Amapá, permitindo a mineração na região por empresas privadas. Segundo o jornal, o anúncio tomou o alto-comando das Forças Armadas de surpresa e suscitou críticas dos militares em relação à forma rígida em que o decreto tomou forma. A reserva foi criada em 1984, durante o regime militar (1964-1985) e é considerada estratégica pelos militares devido à exploração de minérios como o nióbio e ouro. (*Correio Braziliense – Política – 25/08/17*)

#### 13- General comentou a presença das Forças Armadas na segurança pública do Rio de Janeiro

Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, o general da reserva do Exército e ex-chefe do Estado-Maior do Ministério da Defesa, Rômulo Bini Pereira, defendeu que a coordenação das atividades operacionais de segurança pública no estado do Rio de Janeiro seja realizada tanto na esfera federal quanto estadual. O general afirmou que a utilização de militares em operações de segurança pública no município do Rio de Janeiro iniciou-se durante a Conferência da ONU para o clima em 1992, a Eco-92, em que militares das Forças Armadas patrulharam as ruas da cidade na Operação Rio I, abrindo precedente para o emprego das Forças Armadas em operações de segurança, inclusive em outros estados. Segundo Pereira, há um desgaste das tropas em missões como essa, além dos altos custos das missões e o vazamento de informações por parte de alguns soldados. O general criticou a falta de aporte jurídico aos militares e “os empecilhos dos direitos humanos a ação individual do militar” que participa desse tipo de operação, lembrando que muitos ainda estão sub judice ao terem utilizado a força, e defendeu que a participação dos militares deveria ser de curta duração, bem como um fortalecimento da força policial. (*O Estado S. Paulo – Opinião – 25/08/17*)

#### 14- Amistoso de futebol masculino marcará encerramento da participação do Brasil na Minustah

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, em comemoração ao fim da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah), prevista para outubro de 2017, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) está organizando um amistoso entre as seleções brasileira e haitiana de futebol masculino, o qual deve ocorrer no país caribenho. (*O Estado de S. Paulo – Esporte – 25/08/17*).

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)  
O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)

**Equipe:**

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabella Anselmo Raymundo (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); João Vitor Tossini (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Matheus Bittencourt de Amorim (Redator, graduando em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).